

Entre o desastre e o deslocamento: a produção de vulnerabilidades no Sul Global na Era da Grande Aceleração

Between disaster and displacement:
the production of vulnerabilities in the
Global South in the Age of the Great
Acceleration

*Sara Aparecida de Paula**

INTRODUÇÃO

O planeta Terra está passando por uma série de crises que são planetárias e sistêmicas, ou seja, elas conectam-se em menor ou maior escala, dependendo das condições estruturais, como a organização territorial, as desigualdades sociais e as assimetrias de poder.

Este artigo parte do pressuposto de que a crise ambiental contemporânea não é apenas um problema que envolve eventos climáticos, mas também um conjunto de desigualdades resultantes de processos estruturais. Ao analisar dados globais de desastres e o caso das enchentes no Rio Grande do Sul (2024), busca-se preencher a lacuna de estudos que conectam empiricamente os limites planetários às migrações ambientais no Sul Global.

A crise sistêmica ocorre, por exemplo: (1) no trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores com desregulamentações, hiperprodutividade e informalidade; (2) nas relações raciais e de gênero, com os desafios impostos

* Doutora e mestre em Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC) na linha de pesquisa Agricultura, Recursos Naturais e Sustentabilidade. Graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades e no Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Membro do grupo de estudos Paradoxo - Antropoceno e Felicidade e do Grupo de Trabalho Meio Ambiente e Clima do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil. Co-fundadora e Membro do corpo editorial da Revista ÎANDÉ - Ciências e Humanidades.

pelo patriarcado, racismo e formas estruturais de opressão; (3) na saúde pública, com epidemias e pandemias, que tendem a ser cada vez mais frequentes e intensas.

Esses exemplos estão conectados a uma dimensão mais ampla: a perda dos meios de vida e da biodiversidade. Estes vinculam-se a um processo de mudanças ambientais globais em curso e com transformações cada vez mais frequentes e velozes, simbolizando assim a crise ambiental contemporânea, em um cenário de Antropoceno, a Era do Ser Humano.

Sob essa ótica, a crise ambiental planetária é resultado direto de atividades humanas exploratórias, que causam desequilíbrio nos ciclos biogeoquímicos do planeta (CRUTZEN, 2002; STEFFEN *et al.*, 2011; ZALASIEWICZ, 2015; ANGUS, 2016). É essa característica que torna o aumento de temperatura, o aumento do nível dos mares, a intensidade e frequência de chuvas e secas um problema não só físico ou social, mas sistêmico.

Essa crise produz efeitos profundamente desiguais nos grupos sociais, conforme as suas condições socioeconômicas. Os impactos ambientais se distribuem de forma assimétrica, e os grupos mais afetados são, muitas vezes, os que menos contribuíram para a emergência climática: populações pobres, racializadas, mulheres e comunidades do Sul Global.

Neste panorama, o conceito de Grande Aceleração é central para entender a intensificação dessa crise. A partir dos anos 1950, o ritmo de exploração e consumo cresceu exponencialmente, com impactos em múltiplas escalas. Essa aceleração é marcada não apenas por transformações tecnológicas e econômicas, mas também por um modelo de desenvolvimento que privilegia poucos e marginaliza muitos.

A migração — enquanto movimento humano inserido em um processo multifacetado — emerge nesse contexto como uma resposta possível, mas muitas vezes como face da vulnerabilidade. Ao perderem seus meios de vida, muitas pessoas são impelidas a se deslocar, sem planejamento ou apoio institucional. O fenômeno das migrações ambientais é, portanto, ao mesmo tempo um sintoma e também um desdobramento da crise ambiental sistêmica.

Este artigo propõe discutir como as estruturas globais de desigualdade têm produzido vulnerabilidades extremas no Sul Global, levando a deslocamentos forçados e atingindo os limites planetários, que são zonas operacionais de segurança do planeta e das sociedades humanas.

Para tal, a análise parte da crítica à economia política, relacionando os limites planetários e sociais às lógicas de expropriação e reprodução da desigualdade no capitalismo contemporâneo. O objetivo é discutir a temática das migrações ambientais a partir de uma análise sistêmica das condições contemporâneas enfrentadas pelas populações, como as secas e inundações

sistêmicas, além das condições de pobreza e vulnerabilidade, que fazem com que parte das pessoas vivam em conjunturas de permanente e crescente degradação.

Este artigo se divide em quatro partes:

- 1) debate a crise ambiental contemporânea a partir do referencial teórico do Antropoceno e Capitaloceno;
- 2) apresenta dados sobre desastres e as condições de vulnerabilidade no Sul Global;
- 3) relaciona os debates anteriores às migrações, mais especificamente, com as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024 e;
- 4) dialoga sobre as migrações e seus vínculos com meios de adaptação.

A CRISE AMBIENTAL COMO CRISE DE DESIGUALDADES

Hunter, Luna, Norton (2015) sugerem a necessidade de se compreender as migrações como uma dinâmica complexa, sobretudo quando a questão ambiental é, finalmente, adicionada ao debate. Isto se deve ao fato de que não é possível enxergar sociedade sem ambiente, e vice-versa, cada parte do sistema tem uma atuação capaz de influenciar as demais.

Neste trabalho, o ambiente é um conjunto de relações sociais e físicas interseccionais que foram sendo moldadas no decorrer da história, sobretudo a partir do cenário do Antropoceno em que os seres humanos atingiram capacidade de transformação planetária. Dentre as características ambientais, podem ser destacadas a interação das espécies, as dinâmicas climáticas, os modelos de urbanização e ocupação do solo, além de aspectos como a exploração, desigualdade e acesso aos meios de vida.

É importante ressaltar que essas dinâmicas não acontecem de maneira “natural”, mas, sim, constituídas a partir de sistemas estruturados de exploração que estão sendo desenvolvidos há séculos. A divisão internacional do trabalho pode ser utilizada como exemplo das formas desiguais em que o mundo é estruturado, pois ela simboliza o fluxo de matérias-primas do Sul para o Norte e o aprofundamento de desigualdades, como a degradação ambiental.

A exploração dos chamados “recursos naturais” faz parte da história humana e de seu modo de organização do território. No entanto, não é possível deixar de lado a mudança de fase que acontece com a consolidação do capitalismo enquanto sistema dominante, em que esses recursos se acentuam como *commodities* e organizam o mundo de modo que há uma corrida, quase que permanente, por estes recursos (MOORE, 2015).

Observa-se que a estruturação deste sistema ocorre a partir do processo de expropriação, isto é, um processo de apropriação sem troca equivalente, uma forma de roubo. O capitalismo, portanto, consolida-se em um sistema de apropriação de “natureza barata”, como apontado por Jason Moore (2019). Para o autor, o trabalho, a comida, a energia e as matérias-primas foram apropriadas de forma gratuita, no entanto, de maneira violenta, o que reproduz desigualdades até hoje.

A primeira e a segunda naturezas baratas estão relacionadas ao processo de expropriação da terra, resultando na separação do trabalhador de seus meios de sobrevivência, na necessidade de vender sua mão de obra para sobreviver, assim como a terra e os recursos são privatizados. Já as duas últimas estão relacionadas ao impulso dado para esse sistema, sobretudo com a expansão geográfica para as colônias (MOORE, 2016). A apropriação desses recursos a baixos custos ou, até mesmo, gratuitamente, gerou imensos excedentes de capital.

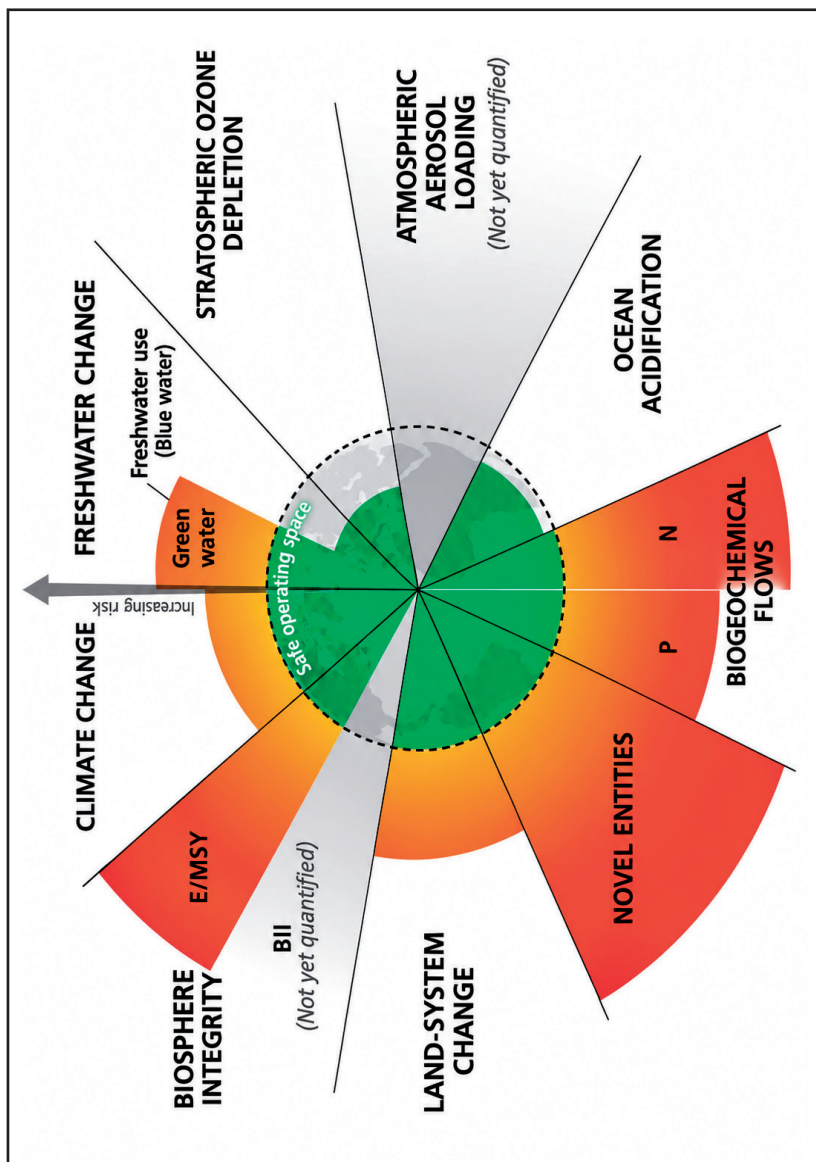
A partir de uma crítica à economia política do meio ambiente, é possível afirmar que o sistema capitalista, enquanto modo de organização da sociedade contemporânea — historicamente construído sobre a colonialidade, o racismo e a desigualdade — tem grande parcela de responsabilidade pela aceleração dos processos de degradação (MOORE, 2016, 2019).

Foster (2016) destaca, ainda, que esta dinâmica provocou uma espécie de ruptura no metabolismo do planeta, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento massivo da produção e uso de compostos químicos, para a produção do plástico, por exemplo. A Grande Aceleração, mencionada na introdução do texto, destaca, neste sentido, que, se antes as rupturas eram locais, agora elas são globais. No entanto, as consequências disso não são sentidas de forma homogênea. A próxima seção versa especificamente sobre os limites ultrapassados neste processo.

3 DADOS SOBRE DESASTRES E VULNERABILIDADE NO SUL GLOBAL

Em 2009, pesquisadores do *Stockholm Resilience Centre* definiram nove fatores que interagem entre si e que influenciam o equilíbrio planetário, os chamados *planetary boundaries* ou limites planetários. A figura 1 apresenta a versão mais atualizada deles em que se observa a ultrapassagem de zonas operacionais seguras, sobretudo no que diz respeito à mudança climática e ciclos biogeoquímicos.

Figura 1 - Os Nove Limites Planetários



Fonte: Wang-Erlandsson et al., 2022

Cabe ressaltar que, o grau de complexidade dos processos e ciclos planetários é tão alto que, mesmo um limite estando na zona operacional segura, ele pode ser influenciado por outros limites que tenham sido atingidos ou ultrapassados. Por esta razão, torna-se repetitivo afirmar que uma análise sistêmica é primordial para o entendimento dos problemas contemporâneos e a busca por alternativas (ROCKSTRÖM, GAFFNEY, 2021).

Dos nove limites, é interessante mencionar os ciclos biogeoquímicos e as novas entidades (*novel entities*). Os ciclos biogeoquímicos têm como forças motrizes os fertilizantes e resíduos da agropecuária e das atividades industriais como, por exemplo, o setor químico. A agropecuária moderna e a infraestrutura precária do tratamento de resíduos urbanos aumentam a quantidade de compostos químicos na água potável, reduzindo a sua qualidade, o que impacta todos os setores da vida. Além disso, a agropecuária é um dos meios de vida mais importantes para aqueles que vivem em áreas rurais e dependem da produção para a sobrevivência. Diminuir esses meios pode pressionar as pessoas a migrarem.

Já as novas entidades são um grupo diverso de novos compostos químicos, materiais e organismos introduzidos por seres humanos em atividades contemporâneas como setores de pesquisa e desenvolvimento conectados aos plásticos, farmacêuticos, pesticidas, combustíveis fósseis e indústria petroquímica. A poluição provocada pelos compostos químicos, como o plástico, é um problema complexo, haja vista que os resíduos permanecem por muito tempo no ambiente.

Por isso, também não é possível pensar nas migrações como fenômenos apenas políticos e/ou econômicos. Isto porque elas são produzidas por questões humanas e extra-humanas, seja através da exploração de recursos, conflitos provenientes dessa dinâmica, a falta de recursos e os eventos ambientais extremos.

A apresentação dos limites planetários ajuda a compreender que há diversos processos em andamento que, ao mesmo tempo, podem alterar a dinâmica. A exemplo disso, é possível referir-se a dois conceitos que simbolizam essa dinâmica: risco e vulnerabilidade. O primeiro diz respeito à possibilidade de um desastre acontecer, enquanto o segundo refere-se ao quanto uma pessoa e/ou grupo está suscetível ao acontecimento. Ambos se relacionam a um conjunto de ações de exclusão física e social, ou seja, níveis de desigualdade que podem aumentar a susceptibilidade a que uma pessoa é exposta ao ambiente.

Uma das formas de visualizar esses dois conceitos é através dos desastres, que são hoje uma das formas mais proeminentes das mudanças ambientais na vida das pessoas. No entanto, antes de apresentar os dados sobre eles,

é importante considerar que a perspectiva adotada neste artigo é de que os desastres não são naturais, mas, sim, como processo sócio-histórico, pois mesmo que um desastre ocorra em um grande território, as diferentes pessoas e grupos sociais são afetados de diferentes formas (VALENCIO, 2014). Assim, a determinação de condições físicas e sociais pode ajudar na compreensão da vulnerabilidade, não apenas como uma incapacidade de resposta, mas também como um processo de expulsão e esquecimento. Afinal, assim como as condições estruturais podem impulsionar o desastre físico, o mesmo também ocorre em relação a seus efeitos.

A intensificação dos desastres ambientais nas últimas décadas tem sido amplamente documentada por organismos internacionais. Por este motivo, esta seção apresentará informações empíricas a respeito, por exemplo: tipologia e localização geográfica.

3.1 Dados sobre desastres

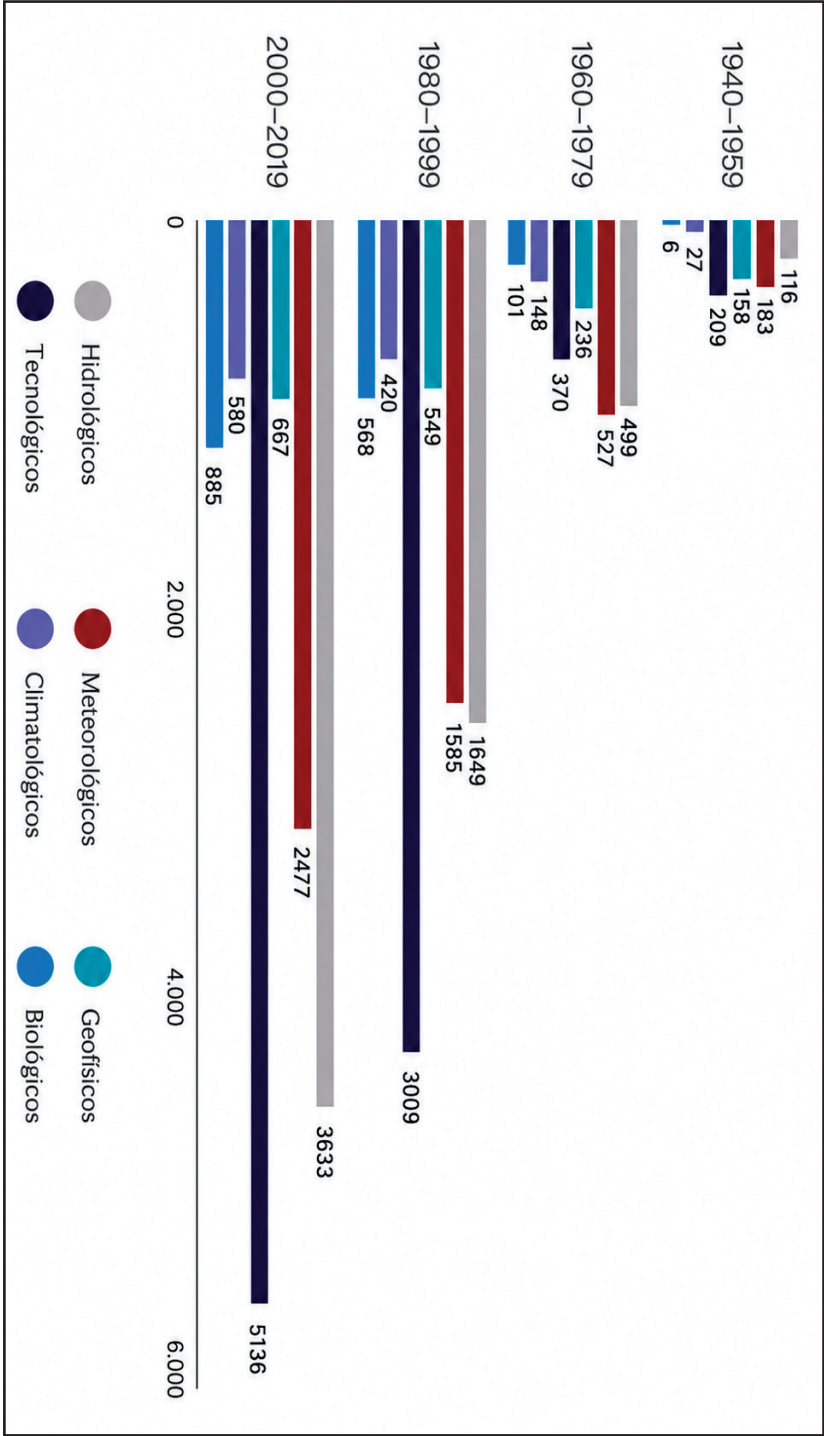
Os dados estão disponíveis no EM-DATA *The International Disaster Database*, uma base de dados parte do *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED)*. Na base estão disponíveis dados acerca de desastres a partir de 1900 a 2022 de acordo com alguns critérios adotados.

Os desastres são divididos em categorias gerais como naturais (Desastres Biológicos, Geofísicos, Climatológicos, Hidrológicos, Meteorológicos e Extraterrestres) ou tecnológicos (explosões, incêndios, vazamentos, radiação). Para entrar no sistema, o desastre precisa ter algum dos critérios: a partir de 10 mortes; 100 ou mais pessoas afetadas, machucadas ou que perderam suas casas; declaração de estado de emergência feita pelo país ou organização internacional.

Através de análise, observa-se que os desastres hidrológicos (inundações, deslizamentos), meteorológicos (tempestades, ondas de frio e calor) e tecnológicos (acidentes e derramamento de materiais nocivos, por exemplo) são os que acontecem com maior frequência (gráfico 1).

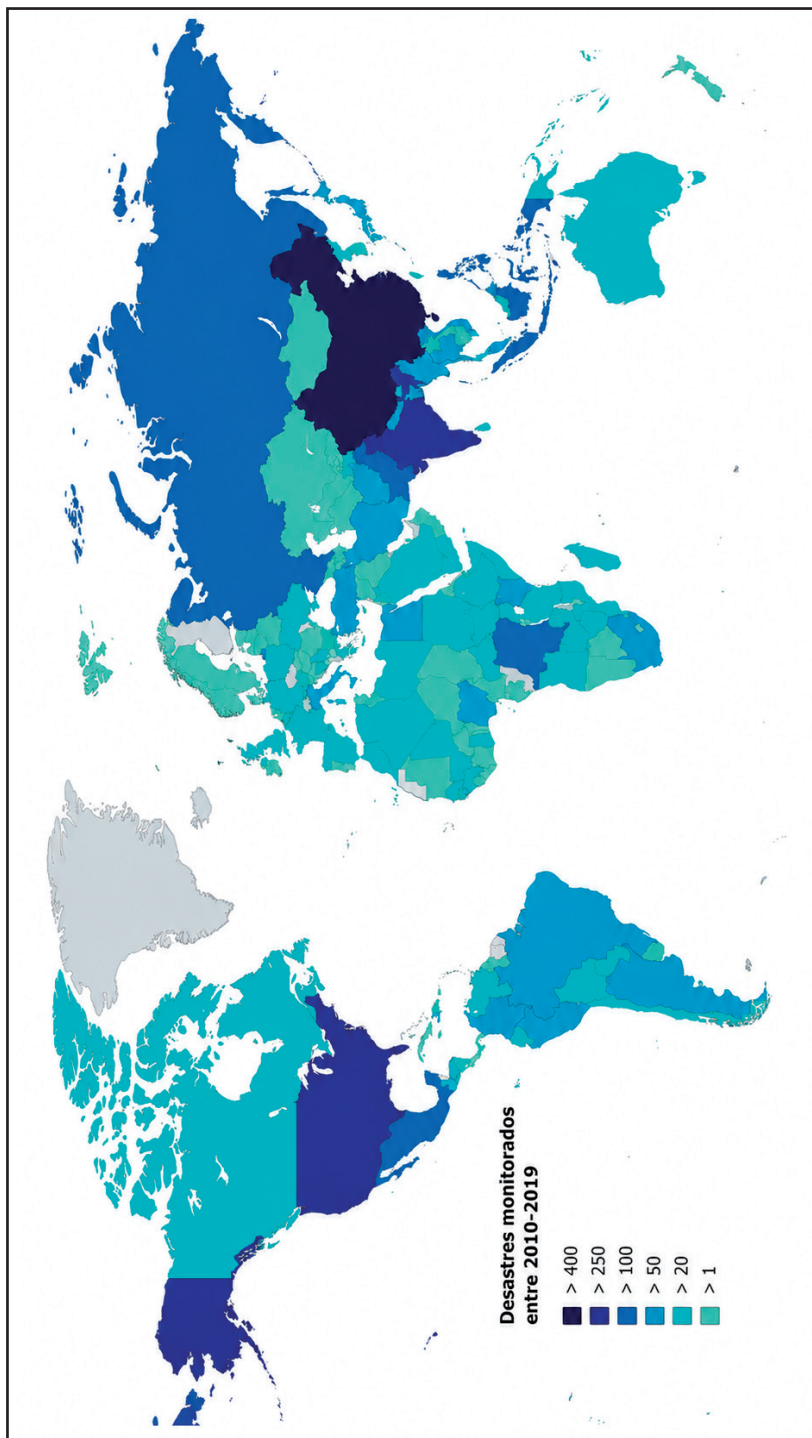
Da década de 1940 à década de 2000, a maioria dos desastres apresentou movimentos crescentes. Algo muito expressivo é o número de desastres tecnológicos em 1940, sobretudo se considerarmos o período de conflitos. Outro dado observado é que, a partir de 2010, todos os tipos de desastres apresentam queda, sobretudo os tecnológicos e biológicos, possivelmente por dependerem mais do controle imediato das ações humanas, com medidas de segurança nos processos produtivos e transportes, bem como medidas sanitárias adequadas para a erradicação de doenças. Todavia, mesmo que haja uma queda, o número da década de 2010 ainda é maior que o de 1990.

Gráfico 1 - Desastres no mundo entre as décadas de 1940 e 2010



Fonte: EM-DAT, 2022 (Elaboração própria)

Figura 2 - Mapa de Desastres entre 2010-2019



Fonte: EM-DAT, 2022 (Elaboração própria)

Já a figura 2 foi elaborada a partir dos dados que revelam a distribuição geográfica dos desastres, sendo que a cor mais escura é onde há maior predominância. Verifica-se que praticamente todos os países foram afetados de alguma forma. Destaca-se que os desastres hidrológicos são predominantes, sobretudo, na Ásia, por condições físicas da região, além das características de aumento do nível do mar e deltas de rios, por exemplo, enquanto os tecnológicos e biológicos concentram-se na África, com elevado número de epidemias.

O material do EM-DAT, além das informações mencionadas, traz, quando possível, dados acerca do número de pessoas afetadas. Desta maneira, uma planilha (tabela 1) foi organizada e realizou-se, assim, a soma dos dados de populações afetadas para cada década, divididas em variáveis, como: número total de afetados, feridos, mortos e desabrigados (em milhões e/ou bilhões).

Tabela 1 - Estimativa do número de pessoas afetadas por desastres entre as décadas de 1940 e 2010 no mundo

Ano	Afetados	Feridos	Mortes	Desabrigados
1940	3,4 milhões	71,5 mil	3,8 milhões	625,6 mil
1950	20,4 milhões	30,8 mil	2,1 milhões	1,1 milhão
1960	199,5 milhões	814,5 mil	1,7 milhão	9 milhões
1970	557 milhões	575,3 mil	1 milhão	22,6 milhões
1980	1,2 bilhão	477 mil	854,4 mil	23,4 milhões
1990	2 bilhões	2,1 milhões	1,2 milhões	76,7 milhões
2000	2,2 bilhões	3,3 milhões	936 mil	28,4 milhões
2010	1,7 bilhão	3,2 milhões	565,5 mil	11,6 milhões

Fonte: EM-DAT, 2022 (Elaboração própria)

É possível fazer observações relevantes de que o número de afetados na década de 1940 era de aproximadamente 2,8 milhões de pessoas, em um contexto em que a população beirava os 2,5 bilhões de habitantes, ou seja, 0,12% da população mundial. Enquanto na década de 2010, o número total de afetados correspondia a 22% da população mundial. Não se pode deixar de salientar essa proporção para a década de 2000, período em que houve o maior número de desastres; houve cerca de 2,284 bilhões de afetados, cerca de 33% da população de 6,9 bilhões (2010). Esse aumento coincide com a intensificação da Grande Aceleração, período em que a urbanização desigual e a expansão de atividades extrativistas ampliaram a exposição a riscos, especialmente em países do Sul Global.

Esses dados podem ser relacionados ao panorama colocado pelo IDMC de que, entre 2008 e 2022, mais de 376 milhões de deslocamentos internos foram causados por desastres em todo o mundo. Esses deslocamentos ocorrem, majoritariamente, em países do Sul Global, especialmente em regiões já marcadas por desigualdades estruturais, pobreza e baixa capacidade institucional de resposta (IDMC, 2023, 2024a).

Estes dados são parte de uma pesquisa de doutorado de quatro anos, portanto, aqui aparecem de forma mais resumida. Ao observarmos que a maior parte das populações afetadas por desastres ambientais se encontra em países do Sul Global, torna-se fundamental analisar um caso específico que exemplifica como essas dinâmicas globais se manifestam no contexto brasileiro. Por isso, aqui foi selecionado o estudo de caso referente às enchentes que ocorreram em 2024 no estado do Rio Grande do Sul.

4 BRASIL: RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é o estado que se localiza mais ao sul do Brasil. É composto de 497 municípios, possui cerca de 11,3 milhões de habitantes e é a 4ª maior economia do país (IBGE, 2024). Em relação à sua hidrografia, o estado tem três bacias: Uruguai, Guaíba e Litorânea. Assim como em outros contextos, destaca-se a importância de se associar os elementos sociais às características físicas do espaço, a fim de entender a forma como ele é construído e ocupado.

O Brasil, por sua extensão territorial, apresenta-se como um espaço geográfico de diversidade topográfica, vegetativa, hidrográfica e climática. Neste sentido, apresenta diferentes consequências dos desequilíbrios climáticos, como altas temperaturas, períodos prolongados de secas e, principalmente, aumento na frequência e na intensidade de chuvas em algumas regiões, sobretudo no sul do país, conforme mencionado.

É recorrente acompanhar, nos meios de comunicação, as enchentes que ocorrem em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todavia, 2023 e, principalmente, maio de 2024, podem ser chamados como eventos históricos e extremos na história do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que, para além de informações acadêmicas sobre o tema, as imagens destes desastres têm impactado toda a sociedade civil, como o fechamento do aeroporto internacional, a situação dos abrigos, os sinais de destruição de cidades praticamente inteiras e as inundações que duraram semanas.

Em relação aos abrigos, especificamente, a vulnerabilidade mostra que é importante avaliar o desastre, tanto em suas condições anteriores, mas também os impactos que acontecem após o evento (VALENCIO, 2014)

Claro que todas as tragédias devem ser documentadas e debatidas para o provimento de soluções. Entretanto, em aspectos mentais, o desastre é

profundamente sentido quando se está mais próximo, seja porque alguma pessoa conhecida passou por aquilo ou porque há uma conexão identitária com aquele espaço.

Reckziegel (2007) e Damacena, Oliveira, Dörr (2017) explicam que o Brasil passou por um processo rápido de urbanização a partir dos anos 1950, que foi realizado de maneira desordenada e desigual. As áreas que são menos valorizadas em aspectos financeiros também apresentam piores condições ambientais (precariedade das moradias, por exemplo, além da ocupação ilegal de territórios em muitos casos) e maior risco de desastres. As características demográficas das pessoas que ocupam espaços ambientalmente mais arriscados também contribuem para a diminuição de capacidade adaptativa, pois são mais pobres, têm menos escolaridade e acesso à infraestrutura de saneamento (DAMACENA; OLIVEIRA; DÖRR, 2017).

A ocupação de áreas de risco reflete a lógica das “naturezas baratas”, conforme anteriormente apresentado. Moore (2019) destaca o trabalho e os territórios vulnerabilizados pela exploração massiva, criando ciclos de exclusão.

É importante destacar que muitos discursos colocam a culpa nas pessoas que vivem nesses lugares, como se tivessem tido a oportunidade de escolha. No entanto, há um processo de ocupação do território que provém da falta de política social por parte do Estado e da impossibilidade financeira de se ter outro tipo de moradia, que é uma condição essencial de sobrevivência, além de ser um direito garantido na Constituição. Reckziegel (2007) descreve que “o meio natural impõe obstáculos para a ocupação de certas áreas, mas é o meio social, ao ocupar as áreas suscetíveis, que acaba desencadeando o surgimento do risco e potencializando a ocorrência de algum desastre” (RECKZIEGEL, 2007, p. 2).

Acerca do histórico de desastres da região, Reckziegel (2007) apresenta dados relevantes para entender essa questão, que compreende a ocorrência constante de desastres como enchentes/alagamentos, vendavais e chuvas de granizo. Os dois últimos têm impactado diretamente na produção agrícola da região.

Já as enchentes que afetam de forma mais direta as áreas urbanas podem ser provocadas por dois elementos: as enchentes “naturais” de áreas ribeirinhas e as relacionadas à urbanização. As primeiras relacionam-se à presença de grandes bacias e rios no estado. Ademais, as populações que vivem às margens dos rios têm, em sua maioria, uma renda menor. Claro que é necessário destacar que, no caso das chuvas de 2024, mesmo áreas mais distantes também foram tomadas pela água, causando uma situação sem precedentes e ainda mais complexa.

As enchentes e alagamentos nas áreas urbanas estão vinculadas ao modelo de ocupação do solo que sofre com as impermeabilizações, redução de áreas verdes, além das transformações nos cursos de rios para adequação ao projeto urbano. Assim, há menos áreas para escoamento das chuvas.

Para compreender a situação atual, é interessante correlacionar com os dados históricos. Em 1980, com uma população de 7,7 milhões, cerca de 5,2 milhões viviam em áreas urbanas e 2,5 na zona rural. Em 2004, dos 10,6 milhões de pessoas, 8,9 estavam nas cidades e 1,7 nas áreas rurais. Esse crescimento urbano é importante para o entendimento das razões pelas quais o impacto das inundações (sobretudo nos setores urbanos) e das estiagens (áreas rurais) é relevante para o estado.

As inundações tiveram início em 29 de abril, se estendendo por dez dias, o que sobrecarregou as bacias dos rios, que são interligadas, aumentando a escala de impacto. Em uma semana, o rio Guaíba subiu para o nível 5,33 metros, o maior de sua história. Até o fim de maio, havia baixado para 3,87 metros apenas. O rio Taquari tinha uma cota de inundação de 19 metros, ou seja, um limite operacional de segurança, no entanto, com as chuvas, chegou aos 33 metros (G1, 2024). Em uma semana de chuvas, a quantidade tinha ultrapassado os 800 mm, um número oito vezes maior do que o esperado para o mês (WALZBURIECH, 2024). Como resultado, 471 das 497 cidades do estado foram atingidas, e a enchente matou mais de 170 pessoas e impactou a vida de 2,8 milhões de pessoas, sendo que mais de 658 mil pessoas tiveram que sair de suas casas (IDMC, 2024b).

Apesar de o El Niño ter influenciado no aprofundamento de eventos climáticos, ele não é o único fator. Há mais dois elementos a serem considerados: (1) as condições climáticas como frentes frias, umidade oceânica e barreira de alta pressão que criaram uma área de umidade que não pôde se dissipar (Jornal da USP, 2024); (2) a gestão de desastres dos governos federal e estadual. Sobre este segundo ponto, os meios de comunicação divulgaram a diminuição da quantidade de investimento realizado para a prevenção de desastres climáticos, o que diminui a capacidade preventiva a longo prazo e, praticamente, elimina as alternativas para resposta rápida. Eisele (2024) apontou, por exemplo, que os alertas foram feitos uma semana antes de as chuvas terem início.

A água demorou semanas para atingir um nível realmente aceitável. Quando ela baixou, outros problemas foram criados como a lama, o mau-cheiro e a proliferação de doenças ligadas à água suja, como a leptospirose. Todas essas questões, em conjunto, foram determinantes para a evacuação imediata de mais de 658 mil pessoas, que estão voltando para suas casas de forma gradual. Não se pode esquecer também dos relatos de violência sofrida nos abrigos, como saques e assédios e abusos sexuais, o que simboliza a precariedade e falta de política adaptativa frente a catástrofes.

Apesar do caráter temporário, é possível que os impactos financeiros (perda dos meios de vida e, para muitos, o patrimônio de toda uma vida) e psicológicos (estresse pós-traumático) façam com que as pessoas pensem em se mover de forma permanente, sobretudo aqueles que foram mais atingidos (PAZ, 2024).

Em suma, este desastre demonstrou de maneira explícita as características multifacetadas de um desastre, que perpassa muitas áreas. Em entrevista para o Jornal da USP (2024), o professor Pedro Luiz Côrtes, da USP, explica que muitos sistemas foram afetados, a infraestrutura de transportes dificultou a evacuação, resgate, assim como as inundações também interferiram no acesso a combustíveis e alimentos, além dos danos causados à rede elétrica e no fornecimento de água. Destaque-se que os bairros mais afetados foram aqueles mais pobres e vulneráveis.

O mundo e o modo de vida são interligados por diferentes sistemas, se há a interrupção de um tipo de serviço, outros também são impactados, como evidenciado na situação do Rio Grande do Sul. Sendo assim, analisar os desastres e suas consequências demanda uma perspectiva interdisciplinar, além de alternativas de adaptação a curto, médio e longo prazos. Por este motivo, a próxima seção discutirá os desastres e as migrações a partir da óptica da adaptação.

5 MIGRAÇÕES NA GRANDE ACELERAÇÃO: SOBREVIVÊNCIA OU ADAPTAÇÃO?

A frequência e intensidade de desastres têm aumentado, como demonstrado pelos casos apresentados nos capítulos anteriores. Esses desastres também têm sido mais presentes em países com maiores taxas de pobreza, elevados níveis de desigualdade e problemas estruturais de longo prazo, como os conflitos, situações de corrupção e violência.

Em muitos casos, o movimento pode ser a única alternativa para as pessoas. Isso não significa que ele acontecerá de maneira ordenada e com garantia de direitos, pelo contrário, além de enfrentar a perda dos meios de vida, terão que encarar as dificuldades de integração social, como a identidade do espaço, disponibilidade de empregos, entre outros desafios. Assim, o migrante enfrenta um ciclo extenso de dificuldades.

No século XXI, têm predominado dois tipos de discursos. O primeiro é o da securitização, sendo este, constantemente, amparado por governos em suas políticas de contenção, com a utilização de regras mais duras ou a implementação de controles de fronteira. Em meados de 2015, o assunto voltou à tona com a onda migratória de sírios para a Europa, porque resultou

no aumento de atitudes discriminatórias por parte da população local e dos governos com a restrição de entrada dos migrantes através de campos desumanos de refugiados ou impedimentos como a construção de cercas e muros. As ações restritivas aumentaram ainda mais com a presidência de Donald Trump, porque ele proferiu muitos discursos contra a imigração e propôs políticas de ampliação do muro transfronteiriço entre Estados Unidos e México.

Assim, os migrantes são obrigados a percorrer caminhos perigosos a fim de transpor estes obstáculos, como aqueles que viajam pelo mar Mediterrâneo em embarcações precárias, ou fronteiras extremamente militarizadas. Esta visão, também reconhecida como alarmista, tende a criar discursos que colocam o migrante como um perigo para as sociedades, como invasores, tornando-se, assim, um fator securitário. Em outras palavras, significam a suposta culpa do próprio migrante que falhou na capacidade de sobreviver. As verdadeiras vítimas do Antropoceno são inviabilizadas, tornando-se sujeitos despolitizados (GEMENNE, 2015).

A migração é um processo em constante transformação. Antes tratava-se da ocupação de novos espaços, hoje é um sistema de redes ainda mais complexo, dada a quantidade de informações e fatores envolvidos. As mudanças ambientais são sentidas de diferentes maneiras, principalmente quando associadas a fatores estruturais como a vulnerabilidade e a capacidade de enfrentamento das populações. Desta forma, este trabalho propõe algumas considerações a serem feitas: (1) há populações que sentem os impactos diretos dos desastres ambientais, como aquelas que dependem diretamente da produção de alimentos, ou as que têm suas moradias destruídas por enchentes e deslizamentos, por exemplo; (2) outras populações sentem impactos indiretos, como o aumento da escassez de alimentos, aumento dos preços, perda da qualidade na saúde, entre outras formas.

A perspectiva da economia política prenuncia migrações ambientais e um conjunto de expulsões (SASSEN, 2014), em um longo histórico de injustiças ambientais; sociedades segregadas pela classe, raça, gênero e território e, constantemente, expulsas. Essas expulsões podem ser simbolizadas pelo uso do território para monopólios produtivos e financeiros, bem como a exaustão dos direitos básicos de acesso a água, solo e energia, expulsando aqueles mais vulnerabilizados. Essa eliminação dá-se, ainda, nos centros de decisão, na construção de conhecimentos e na capacidade de decidir sobre si próprios e ter alternativas.

A adaptação é paradoxal no sentido de que ela é considerada de forma positiva, por ampliar a capacidade de resposta, entretanto, há embutidos nela a ideia de segurança e os “perigos” da migração para a segurança nacional

dos países. O discurso securitário aprofunda a problemática ao impor novas políticas de contenção ao simbolizar o migrante muitas vezes como uma ameaça e, em outras, como vítimas, ambos com a ilusória necessidade de serem controlados (JOHNSON, 2018).

O que se coloca é que há dois processos próximos, mas diferentes. Em outras palavras, há a migração e a mobilidade, enquanto a primeira é o processo geral de se locomover de um lugar para outro, o segundo exemplifica a liberdade de se mover dentro da sociedade, que é, muitas vezes, minada pelas políticas de contenção e pelos processos de exclusão, sejam os que são aparentes, mas, sobretudo, aqueles que são velados dentro das sociedades, como debatido por Sassen.

O que se coloca é que a adaptação não é um status, e, sim, um fenômeno dinâmico. Em outras palavras, um indivíduo pode estar/ser adaptado a uma situação e não a outra, bem como também pode estar adaptado naquele espaço-tempo, mas ao considerarmos a velocidade das mudanças ambientais, isso significa que a capacidade de adaptação é intrínseca ao processo social, portanto, à condição humana (PELLING, 2011).

Assim, a migração é adaptação ou aprofundamento da vulnerabilidade? A resposta é que depende das condições prévias do espaço habitado e das pessoas. De qualquer modo, é preciso ter em mente que pensar sobre adaptação requer projetos de respostas imediatas, como sistemas de alarme a desastres imediatos e evacuação organizada, migrações sazonais organizadas, e também para médios e longos prazos, com consolidação de comunidades resilientes física e socialmente. Neste último ponto, vale ainda destacar que são necessárias políticas educacionais em que o entendimento da migração transpasse o senso comum da segurança e dos perigos “culturais”, para entendê-la enquanto um rico processo cultural com benefícios para o conhecimento, respeito aos direitos humanos e às diferenças, diversificação da economia, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução das desigualdades socioambientais no contexto do Antropoceno não ocorre de forma aleatória ou naturalizada. Pelo contrário, trata-se de um processo estrutural e político, que deriva de relações de poder históricas e da forma como os territórios e os corpos são desigualmente valorizados ou descartados no sistema capitalista global. Neste sentido, este trabalho busca fornecer uma breve discussão sobre os desafios colocados pelas interpretações hegemônicas, destacando, portanto, um viés a partir do Sul Global.

Os dados analisados a partir da base EM-DAT evidenciam que a frequência e intensidade dos desastres ambientais aumentaram de forma significativa desde a década de 1940, com impacto em grande parte dos países do Sul Global. Não só a quantidade de desastres, mas também o número de pessoas afetadas se revelam expressivos, indicando exposição aos riscos e elevados níveis de desigualdade.

O estudo de caso das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 exemplifica, mesmo que de forma reduzida, esse panorama global resultante de fatores históricos, como um processo de urbanização desordenado e ausência de políticas públicas adequadas de prevenção e gerenciamento de riscos. Além disso, também deixa claro que a vulnerabilidade não acontece apenas antes do evento climático, mas também durante e depois, como as condições dos abrigos e a perda dos meios de vida.

Os limites planetários mostram que a zona operacional de segurança do planeta foi ultrapassada e por isso o desafio é construir uma política climática que articule os limites planetários aos direitos sociais.

O fenômeno das migrações ambientais deve ser compreendido dentro dessa lógica de múltiplas vulnerabilidades. Não se trata de deslocamentos espontâneos ou esporádicos, mas de processos profundamente conectados a estruturas globais de expropriação e exclusão. Essa dinâmica demanda respostas sistêmicas, tanto no campo político como no acadêmico, na construção do entendimento sobre as migrações ambientais como interdisciplinares e multifacetadas, assim como o conceito de adaptação para a reconstrução de territórios e a resiliência das populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGUS, Ian. **Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the crisis of the earth system**. Nova York: Monthly Review Press, 2016.

CRUTZEN, Paul. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23, 2002.

DAMACENA, Fernanda; OLIVEIRA, Francine; DÖRR, Julia. Direito à moradia, ocupação de áreas de risco e desastre “natural” à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 8, p. 270-297, 2017.

EISELE, Ines. Quais foram as falhas que levaram à tragédia no Rio Grande do Sul. **UOL**. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/noticias/deutsche-welle/2024/05/16/enchentes-no-rio-grande-do-sul-o-que-deu-errado.htm>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

- EM-DAT: The BHA/CRED International Disaster Database., UCLouvain, 2025, Brussels, Belgium. 2022. Disponível em: www.emdat.be or <https://www.emdat.be/publications/>
Email: contact@emdat.be . s.d.a.
- FOSTER, John Bellamy. Marxism in the Anthropocene: dialectical rifts on the Left. **International Critical Thought**, v. 6, n, 3, p. 393-421, 2016.
- GEMENNE, François. The Anthropocene and its victims. In: HAMILTON, Clive; BONNEUIL, Christophe; GEMENNE, François (eds.) **The Anthropocene and the global environmental crisis**. Londres e New York: Routledge, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sobre o Rio Grande do Sul. 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>. Acesso em: 24 de junho de 2024.
- HUNTER, Lori; LUNA, Jessie; NORTON, Rachel. Environmental dimensions of migration. **Annu. Rev. Sociol.** 2015.
- IDMC. Global Report on Internal Displacement - GRID 2022. **Relatório**. Genebra: Internal Displacement Monitoring Centre, 2023.
- IDMC. Global Report on Internal Displacement - GRID 2023. **Relatório**. Genebra: Internal Displacement Monitoring Centre, 2024a.
- IDMC. **Dados do Rio Grande do Sul. 2024b**. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/countries/brazil/>. Acesso em: 24 de junho de 2024.
- JOHNSON, Craig. Climate, migration and displacement: Exploring the politics of preventative action. In: MCLEMAN, Robert; GEMENNE, François (eds.) **Routledge handbook of environmental displacement and migration**. Londres: Routledge International Handbooks, 2018.
- JORNAL DA USP. Chuvas no Rio Grande do Sul devastam o Estado, provocando mortes e o deslocamento de populações. *Jornal da USP*, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/chuvas-no-rio-grande-do-sul-devastam-o-estado-provocando-mortes-e-o-deslocamento-de-populacoes/>. Acesso em: 24 de junho de 2024.
- MOORE, Jason. **Capitalism in the web of life**. Londres: Verso, 2015.
- MOORE, Jason. The Rise of Cheap Nature. MOORE, Jason. (Editor). **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, Jason. World- ecology: a global conversation. **Sociologia urbana e rural**, n. 120, p. 9 - 21, 2019.

PAZ, Maurício. 'Não vamos mais voltar': 3 a cada 10 moradores do RS pensam em mudar de casa em razão de eventos climáticos, diz pesquisa. **G1 RS**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/23/3-a-cada-10-moradores-do-rs-pensam-em-mudar-de-casa-em-razao-de-eventos-climaticos-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 24 de Junho de 2024.T

PELLING, Mark. **Adaptation to Climate Change: from resilience to transformation**. Londres e Nova York: Routledge, 2011.

RECKZIEGEL, Bernardete. **Levantamento dos desastres desencadeados por eventos naturais adversos no estado do Rio Grande do Sul no período de 1980 e 2005**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Santa Maria-RS, 2007.

ROCKSTRÖM, Johan; GAFFNEY, Owen. **Breaking Boundaries: the science of our planet**. Nova York: DK Publishing, 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge, Londres: Harvard University Press, 2014.

WILL, Steffen; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paulo; McNEILL, John. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences, **The Royal Society**, v. 369, n. 1938, p. 842-867, 2011.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 19, n. 9, p. 3631-3644, set. 2014.

WANG-ERLANDSSON, Lan *et al.* A planetary boundary for green water. **Nature Reviews Earth & Environment**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 380-392, 26 abr. 2022.

ZALASIEWICZ, Jan; WATERS, Colin Neil; WILLIAMS, Mark; BARNOSKY, Anthony. When did the Anthropocene begin? A mid-twentieth century boundary level is stratigraphically optimal. **Quaternary International**, [s.l.], v. 383, p. 196-203, out. 2015. Elsevier BV.

RESUMO

Este artigo debate como a crise ambiental contemporânea, intensificada pela Grande Aceleração, produz e reproduz vulnerabilidades no Sul Global, o que impulsiona as migrações ambientais. A partir de uma perspectiva crítica dos conceitos de Antropoceno e Capitaloceno, apresentamos análise de dados globais dos desastres (EM-DAT) e estudo de caso das enchentes no estado do Rio Grande do Sul em 2024. A discussão sugere que as migrações ambientais são parte de um processo sistêmico de exploração histórica de territórios e populações marginalizadas, segundo a lógica das chamadas “naturezas baratas”, o que aprofunda desigualdades e limita capacidades adaptativas. Conclui-se o debate com questionamentos sobre a adaptação e a necessidade de políticas públicas que a entendam como estratégia de sobrevivência, especialmente em um contexto de constantes e rápidas transformações.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Migrações Ambientais; Naturezas baratas; Vulnerabilidade; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This article examines how the contemporary environmental crisis, intensified by the Great Acceleration, produces and reproduces vulnerabilities in the Global South, thereby driving environmental migration. Drawing on a critical perspective of the concepts of the Anthropocene and the Capitalocene, it presents an analysis of global disaster data (EM-DAT) alongside a case study of the 2024 floods in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The discussion suggests that environmental migration is part of a systemic process of historical exploitation of territories and marginalized populations, in line with the logic of so-called “cheap natures,” which deepens inequalities and limits adaptive capacities. The paper concludes by raising questions about adaptation and emphasizing the need for public policies that recognize it as a legitimate survival strategy, particularly in a context of rapid and ongoing socio-environmental transformations.

Keywords: Environmental crisis; Environmental migration; Cheap natures; Vulnerability; Rio Grande do Sul